



Cadernos do NUPPOME

ISSN 2596-285X

ano 5, número 15, dezembro de 2023.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 5, n.15, dezembro de 2023. ISSN 2596-285X

Imagem de capa

Fotografia de Carlos Artur Gallo, 2012. Imagem do Parque de la Memoria, localizado em Buenos Aires, na Argentina.

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrimestral do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallenmüller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Rita Juliana Soares Poloni | Universidade Federal de Pelotas

Tatyana de Amaral Maia | Universidade Federal de Juiz de Fora

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

COLABORAÇÃO COM A REVISÃO E/OU SELEÇÃO DE MATERIAL

Isadora Thomazi Mendes | PVIP-UFPEL | NUPPOME

Isadora Vieira Chagas | PIBIC-CNPq | NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP

Universidade Federal de Pelotas | UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.

Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

4 **Apresentação**

5 **NUPPOME Entrevista**

Entrevista com André Bonsanto Dias

9 **Considerações sobre memória,
verdade e justiça**

*O impacto da ditadura na Amazônia ou o impacto da Amazônia
na ditadura? – Por uma revisão crítica do termo “grandes
projetos” como definidor do período 1964-1985 na região,
por Filipe Menezes Soares*

19 **Novidades sobre memória,
verdade e justiça**

22 **Fontes de pesquisa**

23 **Memória, verdade e justiça
em imagens**

APRESENTAÇÃO

Este é o 15º número regular da *Cadernos do NUPPOME*. Como nas edições anteriores, divulgamos fontes de pesquisa, novidades editoriais e artísticas, assim como uma entrevista e um texto temático para reflexão. O entrevistado deste número é o professor André Bonsanto Dias, pesquisador da área da Comunicação com diversos trabalhos sobre imprensa e ditadura. O texto, sobre o impacto da ditadura na Amazônia, foi escrito pelo historiador Filipe Menezes Soares. Registramos o nosso agradecimento a ambos pela contribuição com mais esta edição da revista.

Aproveitamos este espaço para registrar que, apesar de estarmos vivenciando um novo contexto político no país desde a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro deste ano, seguimos atentas/os aos atos do novo Governo no tocante às políticas de memória. É urgente, neste sentido, que a atual gestão recrie a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), extinta no apagar das luzes do (des)governo anterior.

Não podemos, igualmente, deixar de manifestar nossa preocupação com situações externas ao contexto político brasileiro. A primeira delas se refere à eleição e posse de um novo presidente na Argentina. Esperamos que o negacionismo do novo governante de extrema direita seja duramente combatido e barrado. A segunda situação que nos preocupa é a reiterada violação aos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos que vem sendo realizada por Israel desde outubro. Nada justifica os ataques perpetrados por grupos como o Hamas. Nada justifica, igualmente, o que está sendo feito pelas forças israelenses. Cessar-fogo é o mínimo que se espera neste momento.

Que em 2024 tenhamos um ano melhor! Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME



André Bonsanto Dias

Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Doutor em Comunicação pela UFF com Pós-Doutorado pela UERN, foi analista de pesquisa na Comissão Nacional da Verdade (CNV) e é autor de diversos trabalhos sobre imprensa e ditadura.

Cadernos do NUPPOME – Quando surgiu seu interesse pelos estudos sobre a ditadura brasileira? O que motivou a escolha do tema? Pergunto isso considerando, sobretudo, que as suas pesquisas foram hegemonicamente desenvolvidas no campo de estudos da Comunicação.¹

André Bonsanto Dias – Meu interesse pela ditadura se iniciou pelos estudos de história da imprensa e dos meios de comunicação. Fiz simultaneamente duas graduações – em Comunicação Social e em História – e sempre procurei, já nas minhas pesquisas de iniciação científica e TCC, realizar uma articulação entre os campos da Comunicação e da História, muito preocupado também em problematizar o papel das mídias (do jornalismo em particular) na construção de memórias coletivas, suas lembranças e esquecimentos. Uma grande referência que tive naquele período foram os trabalhos da prof. Marialva Barbosa, doutora em História, mas professora e pesquisadora inserida no campo da Comunicação. Esse pode ter sido um incentivo para seguir meus estudos de pós-graduação na Comunicação, e não na História, onde eu sentia também uma maior “liberdade” para explorar meus problemas de pesquisa sob uma perspectiva interdisciplinar.

Decorrente dessa formação, o tema da ditadura em minhas pesquisas acabou surgindo por certo “acaso”, quando a *Folha de S. Paulo* publicou o famigerado editorial da “ditabranda”, em 2009. Vi no caso um interessante objeto para problematizar o papel dos meios de comunicação na reconfiguração da memória coletiva sobre o período, que acabou ganhando grande repercussão na cena pública àquele momento.

¹ Entrevista realizada por Carlos Artur Gallo, em novembro de 2023. Para a publicação, a entrevista foi revisada com o auxílio da estudante Isadora Thomazi Mendes, integrante do NUPPOME.

Cadernos do NUPPOME – Entre 2010 e 2012, durante a realização do seu mestrado, você pesquisou temas relacionados à imprensa e à memória da ditadura brasileira, focando na forma como a Folha de S. Paulo construiu uma narrativa sobre o Golpe, a ditadura e a sua relação com o regime autoritário. Como surgiu a ideia de pesquisar esse tema? Qual o principal achado desta pesquisa que foi, inclusive, premiada pela Compolítica (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política) em 2013?

André Bonsanto Dias – O caso da “ditabranda” surgiu justamente no período em que havia finalizado minhas graduações. No momento estava realizando uma especialização e escrevi um artigo final do curso sobre o tema, que resultou no meu projeto de mestrado, aprovado em 2010 no recém criado Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. A pesquisa² se debruçou sobre o papel da *Folha de S. Paulo* na legitimação de determinadas memórias sobre a ditadura e, acima de tudo, sobre como o jornal construiu, a partir de uma utilização seletiva do passado, a sua imagem no e sobre o período, reformulando assim a sua própria identidade. A *Folha* realizou, ao longo de décadas, uma eficiente estratégia de ressignificação de sua história: de um jornal que apoiou o golpe e a ditadura, passou a ser considerado o “jornal das Diretas”, grande porta-voz da sociedade civil no processo de transição política. Isso não se deu, obviamente, sem um estratégico trabalho de enquadramento da memória, baseado sobretudo por silenciamentos e apagamentos desta própria história.

Cadernos do NUPPOME – Você possui diversos artigos publicados sobre o papel desempenhado pela imprensa durante a ditadura. É possível afirmar que a imprensa brasileira foi hegemonicamente colaboradora da ditadura? Pergunto isso diante do fato de que, com frequência, fala-se mais sobre a censura sofrida por diversos jornais a partir do Golpe de 1964 do que no apoio de diversos jornais à ditadura. Como resultado, o foco na censura que existiu no período poderia sugerir que, majoritariamente, a imprensa e seus agentes foram mais vítimas do que colaboradores. Esta ideia procede?

André Bonsanto Dias – Sim, a chamada “grande imprensa” foi hegemonicamente colaboradora. Não apenas apoiou o golpe de 1964, mas ajudou a legitimar e dar sustentação à própria ditadura. Por outro lado, é hegemônico o discurso, por parte destas mesmas empresas, de que o apoio que deram ao golpe e à ditadura fora apenas pontual: apoiaram, mas logo mudaram de lado, sendo posteriormente vítimas de um regime truculento e opressor. Fato é que, com a exceção de alguns casos específicos, estes jornais não foram censurados em suas redações, mas praticaram uma autocensura que foi ao mesmo tempo “conivente” com o regime e “conveniente” para eles mesmos. Historicamente, este discurso acabou por legitimar uma narrativa particular sobre a atuação do jornalismo no período: de apoiadores, se tornaram vítimas/resistentes, defensores da democracia. Importante ressaltar que estou me referindo mais aos aspectos institucionais do chamado “jornalismo profissional” – seus processos de autolegitimação, a construção de memórias sobre o período, etc. – do que do papel dos jornalistas em si.

Cadernos do NUPPOME – Durante seu doutorado, você atuou como Analista de Pesquisa da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Como foi participar dos trabalhos de uma entidade como a CNV? Qual foi, exatamente, a sua atuação? Como você avalia o legado deste trabalho realizado no âmbito da CNV?

² A pesquisa intitulada *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o golpe de 1964 e a “ditabranda”*, foi publicada em livro em 2014.

André Bonsanto Dias – Posso dizer que foi um dos trabalhos mais instigantes e desafiadores da minha carreira, do qual tenho muito orgulho. Atuei como Analista de Pesquisa durante a reta final dos trabalhos da CNV, entre agosto e dezembro de 2014. Naquele momento estávamos debruçados na confecção do Volume III do Relatório Final, que identificou o perfil dos 434 mortos e desaparecidos políticos da ditadura, reconhecidos oficialmente pela Comissão. Foi um trabalho que buscou sistematizar as informações já existentes, - sobretudo a partir do relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – mas também elucidar novos casos sobre a circunstância destas mortes e a identificação de autoria dos órgãos/agentes responsáveis pelas execuções.

Acredito que o relatório da CNV é um documento importantíssimo, um grande marco para nossa política de memória no âmbito da justiça de transição. Ainda assim, sabemos das dificuldades e dos entraves que a Comissão teve não só para se constituir e realizar seus trabalhos, mas para a publicização e efetivação de seus próprios resultados. Passados praticamente 10 anos da entrega do Relatório Final, suas recomendações foram ainda pouco debatidas e implementadas de fato. Um relatório recente publicado pelo "Núcleo Monitora CNV" do Instituto Vladimir Herzog³ identificou que das 29 recomendações propostas pelo Relatório Final da CNV, apenas 2 foram realizadas e 6 parcialmente realizadas, totalizando apenas 28% das recomendações. Das recomendações não realizadas, 7 delas foram inclusive retrocedidas, evidenciando que ainda precisamos caminhar muito no trabalho de fortalecimento da nossa democracia, o que passa evidentemente por uma elaboração mais comprometida deste passado autoritário que ainda insiste em se fazer presente.

Cadernos do NUPPOME – Atualmente, você faz parte da equipe do projeto de pesquisa "A responsabilização de empresas por violações de direitos durante a ditadura: caso Folha de S. Paulo", vinculado ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da UNIFESP. Como surgiu esta pesquisa? Há algum resultado preliminar que possa ser compartilhado com o público?

André Bonsanto Dias – O projeto surgiu de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre a Volkswagen e o Ministério Público Federal (MPF) por sua reconhecida responsabilidade na violação de direitos durante a ditadura. Como parte das indenizações, a empresa disponibilizou R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) para que outras pesquisas, sobre outras empresas, fossem realizadas. Além da *Folha de S. Paulo*, foram investigadas neste primeiro edital, vinculado ao CAAF-Unifesp, as empresas Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras. As pesquisas já foram formalmente concluídas e toda a documentação, ainda não publicizada, foi entregue ao MPF para avaliar possíveis aberturas de processos contra os grupos investigados. No entanto, um "Informe Público"⁴ do projeto, com versões resumidas das pesquisas, foi publicado pelo CAAF-Unifesp em junho de 2023. Além disso, a Agência Pública realizou neste ano uma série de reportagens sobre os casos⁵, que foram recentemente vencedoras do 40º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Super recomendo conferir ambos os materiais.

³ Disponível em: <https://vladimirherzog.org/semimpunidade/>

⁴ Site do projeto, no qual é possível conferir as informações mencionadas assim como o Informe: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>

⁵ Site da Agência Pública com as matérias sobre as "Empresas cúmplices da ditadura": <https://apublica.org/especial/as-empresas-cumplices-da-ditadura-militar/>

Cadernos do NUPPOME – Pensando-se na proximidade dos 60 anos do Golpe de 1964: Que temas você acha que precisam ser melhor explorados nos estudos sobre a ditadura no Brasil? E na área da Comunicação?

André Bonsanto Dias – O próprio edital do CAAF-UNIFESP parece ter dado fôlego a pautas ainda pouco exploradas no Brasil. A primeira é pensar a questão dos “beneficiários” da ditadura, dando ênfase neste caso ao próprio empresariado, que esteve intimamente ligado não apenas às manifestações golpistas, mas na construção de legitimidade do regime, não apenas apoiando, mas atuando com protagonismo em casos de graves violações de direitos humanos.

Aqui entra também a questão da responsabilidade destes agentes. No caso brasileiro, fomos de certa forma “impedidos” de ir a fundo nesta história por conta da Lei de Anistia, um “abuso de esquecimento” que poderia servir, na melhor das hipóteses, - como bem pontuou o filósofo Paul Ricoeur -, como uma “terapia social emergencial”, um remendo que se configura sob o signo da utilidade política, e não da “verdade”. O trabalho da memória e o estabelecimento de uma “verdade” sobre a ditadura, neste sentido, jamais irá se efetivar sem “Justiça” e “Reparação”, uma pauta urgente que precisa ser enfrentada em nosso país.

Creio que essa também é uma pauta que vai ganhar visibilidade no campo da Comunicação. O caso da *Folha de S. Paulo* é emblemático neste sentido. O que tem predominado, até mesmo na historiografia, sobre a relação das empresas de comunicação com a ditadura, é a discussão sobre o “apoio” destas empresas ao golpe. Precisamos avançar para pensar na responsabilidade/responsabilização destes agentes, que tiveram um papel ativo não apenas na publicação de notícias e/ou pautas favoráveis ao regime, mas que atuaram materialmente e se envolveram – direta ou indiretamente, como é o caso da *Folha* – na prisão, tortura e morte de militantes políticos.

Cadernos do NUPPOME – Por qual razão você acredita que, mesmo passados tantos anos desde o fim da ditadura, é difícil responsabilizar segmentos civis que participaram do Golpe de 1964 e da ditadura?

André Bonsanto Dias – Eu atribuiria a duas principais questões. Primeiro, e o que vem mais à tona no caso particular brasileiro é o “impedimento” advindo da Lei de Anistia, conforme comentei acima. O problema é que não se rompe esse ciclo sem um comprometido trabalho de memória e com atuação política junto à sociedade civil, que de certa forma acabou por “normalizar” uma interpretação de que aquele passado ficou pra trás e não mais nos pertence.

Instituições como a do jornalismo profissional também foram, em parte, corresponsáveis por essa falta de elaboração do passado, já que ajudaram a construir historicamente uma “memória liberal” sobre o período que em muito relativizou as truculências do regime e vem encarando o período como uma “página virada” da nossa história. O fato de um dos maiores jornais do Brasil ter denominado como “branda” a nossa ditadura e até hoje não ter assumido sua responsabilidade pelas violações praticadas me parece, neste caso, bastante sintomático.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

O IMPACTO DA DITADURA NA AMAZÔNIA OU O IMPACTO DA AMAZÔNIA NA DITADURA? – POR UMA REVISÃO CRÍTICA DO TERMO “GRANDES PROJETOS” COMO DEFINIDOR DO PERÍODO 1964-1985 NA REGIÃO⁶



Filipe Menezes Soares

Professor Substituto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Doutor em História pela UFPA, desenvolve pesquisas sobre o impacto da ditadura na Amazônia, tendo publicado artigos e um livro sobre o tema.

9

Em 2024 completa-se 60 anos do golpe que instalou uma ditadura militar no Brasil. Queriam os historiadores comemorar o fato de nos distanciarmos da fatídica data, caso o presente não nos alertasse o perigo de um recrudescimento reacionário. Refiro-me ao recente movimento da direita nacional, que ao endossar o ex-militar Jair Bolsonaro como presidente, teve como um de seus alicerces a retomada de uma memória condescendente com a ditadura no Brasil. Escrever sobre a ditadura hoje, portanto, é denunciar sua atualidade nas proposições políticas que flertam com autoritarismos e fascismos ambientados no século XX. Nesse sentido, textos e

⁶ Texto revisado com o auxílio de Isadora Vieira Chagas, bolsista do NUPPOME.

documentos históricos são armas que, ao criticar experiências políticas passadas, possibilitam, entre similitudes e diferenças, a caracterização de movimentos políticos presentes, suas pretensões opressoras e antidemocráticas.

Mas é para tratar da ditadura e da Amazônia nos anos do regime militar que resolvi iniciar este breve texto com uma reflexão entre o passado e o presente dos movimentos políticos da direita nacional, ou melhor, com uma reflexão sobre a atualidade da ditadura, sua memória. O sentimento nostálgico que hoje domina a visão do regime em importantes segmentos da direita nacional é incontestável. Esse sentimento tomou as esferas do debate público a partir da guinada conservadora no interior dos protestos que assolaram o país no ano de 2013. Daí em diante, a associação entre uma espécie de nova direita brasileira, reorganizada sobre a oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores, e os anos da ditadura, sua memória, cresce e amadurece no processo de impeachment de Dilma Roussef, desembocando no movimento que elege Bolsonaro presidente em 2018. Tracei esse percurso para retomar os anos em que chego à região norte do país para realizar a pesquisa que tem justamente a ditadura e a Amazônia como foco. Numa inversão que debaterei mais à frente, entre os anos de 2015 e 2016, abria-se um flanco de trabalho na minha trajetória que caminharia no sentido da problematização da ditadura na Amazônia, ou, inversamente, de uma Amazônia na ditadura.

Nesse momento, uma pergunta se impõe: que ditadura era então lembrada no campo social e espaço público da Amazônia nos idos de 2015/2016? Primeiro é importante considerar que foi em 2015 que visitei as regiões da Transamazônica, rodovia baluarte do regime militar, para colher depoimentos que atestavam a memória da construção da rodovia e, portanto, dos anos em que os militares estiveram no poder. A forma benevolente com que parte dos trabalhadores e produtores rurais rememoravam o governo já chamava a atenção daquele pesquisador, naquele momento ávido por denúncias de possíveis crimes cometidos nas áreas de floresta pelo autoritarismo característico da ditadura. Ora, diante de falas que enalteciam o regime, desde aquele momento percebi a força contida no movimento historiográfico brasileiro que denunciava a importante participação civil para entendermos a legitimidade do golpe e do governo ditatorial que assolou o Brasil entre 1964 e 1985 (REIS FILHO, 2012).

Em resumo, enxerguei nos depoimentos o apoio civil aos militares e me perguntava porquê a leitura conivente com a ditadura a mim causava tanto estranhamento. Em seu tempo, a resposta também foi encontrada junto as mesmas referências que atestavam a convivência civil com os militares ao longo do regime, no momento em que denunciavam a negociação tomada no movimento de redemocratização, na qual consagrava-se uma memória de resistência ao regime responsabilizando apenas os militares pelas atrocidades do período (REIS FILHO, 2014). Concluí, dessa forma, que havia não só uma importante participação civil na política da ditadura, mas uma memória condescendente com o regime que estava adormecida desde a redemocratização e que foi acordada paulatinamente, sobretudo desde 2013.

A percepção descrita no parágrafo acima foi tomando forma junto com a pesquisa que redonda no livro “A Amazônia da Ditadura” (SOARES, 2021). No entanto, na retomada do debate público sobre as relações entre o regime militar e a Amazônia, não posso deixar de considerar que quando cheguei à região para fixar moradia em 2016, parte integrante da interpretação sobre a ditadura na Amazônia era a denúncia dos segmentos mais intelectualizados para o que consideravam ser àquele período o momento da história regional caracterizado como a fase dos “grandes projetos”. A Amazônia dos grandes projetos era então a Amazônia da ditadura, primeira faceta daquele período histórico a mim apresentada, sua feição regional, espécie de cartão de visitas conceitual quando cheguei ao norte do país para cursar um doutorado ambientado no recorte do regime em questão. Percebi então que essa visão dominante era sustentada nos espaços institucionais, inclusive na Universidade Federal do Pará (UFPA), como forma de resumir a ação ditatorial na Amazônia. Colegas de outras áreas, de pouco contato com leitura histórica especializada, também confessavam que essa era a ideia que tinham do período, demonstrando que a noção dos “grandes projetos” era parte do entendimento corriqueiro e cotidiano do regime militar na Amazônia.

Na bibliografia que reuni durante pesquisa de doutorado, a associação entre a ditadura e a noção de “grandes projetos” também apareceu, mas nada que justificasse a força com que tal interpretação ganhava o espaço público regional. Foi a partir daí que passei a manifestar um certo incomodo com tal denominação. Não pelo fato da ideia dos “grandes projetos” não condizer com as consequências da política ditatorial

na Amazônia, elas ao fim e ao cabo correspondem, mas pelo automatismo com que a noção aparecia nos discursos sobre o período e sua dimensão regional. Espécie de chave explicativa, a ideia dos grandes projetos apegou-se ao senso comum sobre o regime ditatorial na região e, tomada de maneira generalista, muitas vezes incorria em formas acrílicas, sem adensar e problematizar os reais significados da ditadura naquelas localidades.

Considero, portanto, que atualmente se faz necessária uma investigação que privilegie os processos com que as interpretações sobre a ditadura se consolidaram enquanto memória social do período, ao mesmo tempo em que devemos apontar em que medida a historiografia é refém e produto dessas memórias cristalizadas no senso comum. No caso da Amazônia dos grandes projetos, não considero ser este o momento ideal, mas há um trabalho a ser feito no sentido de identificar e isolar a historiografia que defende tal tese, apontando o momento em que ela se abraça ao senso comum para consolidar uma interpretação do período que subsiste no ensino de história regional e dá a ver a principal imagem do período na região.

Nesse texto, me contento com a denúncia de que a memória que temos sobre a ditadura deve ser problematizada no sentido de evitarmos não só os reducionismos que pouco dizem sobre o período, mas também suas apropriações reacionárias. Digo isto, pois acredito que algumas generalizações, quanto reproduzidas quase que automaticamente, sem a crítica necessária que as deve acompanhar, jogam a interpretação dos acontecimentos históricos num senso comum tão vazio que possibilitam, por exemplo, a emergência de revisionismos atrelados à direita política. De outro modo, quando a coisa aparece já desgastada, muito mastigada, por demais em cena, é hora de reinventá-la, sob o risco do aparecimento de algo pior no espaço público. Ou seja, na contramão, é necessário que a crítica histórica seja atuante e dinâmica, comprometida politicamente, é claro, mas presente academicamente, capaz de produzir discursos de maneira sistemática e contundente. Esse processo de produção e multiplicação de discursos deve sim estar atrelado a um espaço público que reverbere tais interpretações, associado, portanto, a um ensino de história que mais do que consolidar chaves explicativas, permita um olhar comprometido com as problematizações, onde não apareçam nomenclaturas e denominações dispersas, mas capacidade de operar questionamentos na busca de uma crítica radical.

Enfim, o termo grandes projetos, seu automatismo conceitual, quando não limita o devir crítico da ditadura na região, encerra o regime em uma chave explicativa que pouco contribui para a discussão do período. Melhor articulada, a associação entre grandes projetos e ditadura por vezes pode ser chamada a denunciar, sob compromisso com uma visão de esquerda, o legado perverso desses projetos na Amazônia, suas consequências desastrosas; em outro sentido, por vezes, como quer a direita, a história da ditadura na região, sua memória, entende a implementação dos grandes projetos como o momento inaugural do desenvolvimento naquelas localidades, atestando dessa forma a competência dos governos militares. Dessa forma, ao meu ver, além de perder a capacidade enunciativa do período, sua explicação, o termo tem mais servido para um deslocamento enviesado da análise, no qual a crítica à ditadura cede espaço a uma interpretação condescendente com os militares. Ou seja, a utilização do termo grandes projetos é um importante lugar para percebermos a transformação dos usos do passado na Amazônia, o movimento da memória social sobre o regime na região. Vejamos a seguir um importante exemplo desse processo.

Ao longo de minha pesquisa de campo, conversei com sujeitos que foram direcionados às áreas da Transamazônica no intuito de ocupar e produzir naquelas localidades a partir de 1970. Entre essas conversas, destaco a fala de Manoel Alagoano. Manoel, além de articular a memória sobre o período em um depoimento a mim cedido e devidamente filmado, me ofereceu um conjunto de escritos ao qual atribui serem verdadeiros poemas. Esses escritos, é claro, versam sobre a epopeia do deslocamento à Amazônia e posterior ocupação das margens da rodovia BR-230. E um dos trechos desses poemas que mais me chamou a atenção foi uma estrofe recortada para dar início ao livro que reúne o texto de minha tese. Aqui ofereço o referido escrito de Manoel Alagoano:

*As riquezas da Região Norte
Ficou muito tempo no esquecimento
Pela omissão dos governos
E pela falta de investimento
Grandes Projetos na Região
Deu início ao desenvolvimento.
(Manoel José Leite)*

Manoel é antigo trabalhador rural das chamadas áreas de colonização, mas tem formação, e se aposentou trabalhando como agente de saúde ao longo dos municípios da rodovia Transamazônica e suas áreas rurais. Ou seja, tem algum nível de formação. Digo isso, pois acredito que é o fato de Manoel ter contato com uma formação intelectualizada o que permite o agenciamento do termo Grandes Projetos em seu poema. Manoel é letrado, já circulou em meio que publicou seus escritos como parte da cultura dos chamados pioneiros, os colonos migrantes da Transamazônica que chegaram à região na década de 1970. Não posso afirmar com certeza como Manoel conheceu o termo Grandes Projetos, mas difícil rejeitar a ideia de que sua formação, letramento e presença em alguns meios intelectualizados do estado tenha o aproximado da designação, uma vez que esses segmentos ligados ao saber, suas instituições e ciclos sociais, mobilizam com naturalidade o termo para caracterizar a ditadura. Mas vejamos a forma com que o termo “Grandes Projetos” é tratado no poema de Manoel. No discurso do poeta, os grandes projetos são uma ruptura na história amazônica, encerrando um passado de omissão e de falta de investimento para um futuro onde se inicia o desenvolvimento, portanto, posição que atesta a competência dos militares, visão condescendente da ditadura.

Dessa forma, ao ter o poema de Manoel como base, não podemos associar o uso do termo “grandes projetos” com o comprometimento de um discurso crítico à ditadura na região. Ao invadir o senso comum com a naturalidade característica das generalizações, o uso da ideia de grandes projetos para definir o passado ditatorial amazônico passa a ser agenciado como um critério de validade das políticas do regime. Ou seja, teriam sido os grandes projetos da ditadura os responsáveis por retirar a região de sua condição histórica de atraso e subdesenvolvimento. É, portanto, sobre a falência desse termo para caracterizar a ditadura na região que aqui componho minha crítica.

Tomado pelos locais de enunciação do discurso histórico, sejam as universidades, os arquivos e bibliotecas ou as salas de aula, o termo já não permite nenhuma elucidação do campo social e político. Tornou um lugar comum que nada enuncia. Seu uso encerra e limita o problema da ditadura na Amazônia no momento em que a ideia é enunciada, impedindo o desdobramento crítico do regime, sua história, seu devir. Podendo ser reproduzida à esquerda e à direita, a ideia de grandes projetos carece de

sentido político, por vezes valida o legado da ditadura na Amazônia, por vezes denúncia as consequências de suas políticas na região. O fato é que o uso do termo tem tornado a crítica histórica estanque, além de possibilitar seu agenciamento à direita, ou seja, corroborando a memória de condescendência com o regime. Ao gosto do poema de Manoel, a ditadura dos grandes projetos seria a pedra angular do desenvolvimento amazônico, marco inaugural de sua história até então esquecida; ato de sua redenção.

Durante minha tese, não posso deixar de comentar que utilizei o termo “grandes projetos da ditadura” de maneira muitas vezes indiscriminada. Esse termo seguiu no livro publicado e se tivesse a oportunidade de o rever, o faria com convicção. No entanto, posso dizer que a completude da obra me leva a crer que o uso da ideia de grandes projetos encontra-se justificada pela exegese que faço da ditadura, escrita que chamei, parafraseado Arturo Escobar, de etnografia institucional do regime militar na Amazônia (ESCOBAR, 2007). Ou seja, os termos não estão soltos, tomados no vazio de significado que representam, portanto, incomunicáveis. Estão, outrossim, inseridos na rede de problematização dos documentos militares, articulados com a história de cada um dos generais-presidente e seus governos, ambientados, ao fim, no estudo de memória que traz a década de 1970 como marco.

No entanto, aqui posso considerar que se pudesse atribuir algum sentido mais preciso à ideia de grandes projetos para caracterizar a ditadura na Amazônia, acredito que o termo faria sentido quando privilegiamos as análises em torno da década de 1970. Primeiro destaco o projeto baluarte da ditadura na região, a Transamazônica, rodovia que cortou as áreas de floresta partindo do Nordeste até o interior do Amazonas. A rodovia está associada a um ambicioso plano de colonização de suas margens, onde foram mobilizadas milhares de famílias para ocupação da área. Em si, a Transamazônica e seu plano de colonização corresponde a um grande projeto da ditadura na região, ainda que a envergadura da ação seja mais representativa pela insistente propaganda que acompanharam aquelas políticas no início eufórico da década, anos do chamado milagre brasileiro (FICO, 1997). Ainda que não possamos esquecer da magnitude do Projeto Grande Carajás na década de 1980, responsável pela extração de minério de ferro na região de Serra Pelada, sudeste do Pará, outro

grande projeto da ditadura, acredito que o período mais ilustrativo para a definição do período pela denominação “grandes projetos” são os anos de Geisel na presidência.

Na minha tese, tratei o governo da distensão democrática como o responsável por marcas indeléveis no passado amazônico. Mesmo que não apareçam ações da envergadura da Transamazônica ou do Projeto Carajás nos anos Geisel (1974-1979), o governo do general representa uma importante ruptura na região. Combinando liberdade de investimento com uma proposta de governo autoritária para a área, leia-se, entre outras questões, com os mandos centralizados no executivo federal, Geisel é o grande responsável pelo estímulo à pecuária na região.

Mediante a crise do petróleo, o governo federal da época estimula o que chama de *vantagens comparativas* na Amazônia, uma economia complementar que viria socorrer o Brasil em época de cenário internacional complicado do ponto de vista econômico. A principal saída apontada é, portanto, a pecuária, convertendo grandes porções de terra à iniciativa privada. Ao legalizar os latifúndios a partir de projetos particulares que justificassem a intenção de investir na Amazônia, Geisel abriu caminho para uma ocupação significativa à história regional: a ocupação da Amazônia pela pata do boi, como diz manchete da época. Em resumo, as marcas indeléveis de Geisel na Amazônia remetem ao processo de ocupação da região, fazendo da questão fundiária um problema sem precedentes, nos quais os conflitos pelo acesso à terra são graves e estendem-se ao presente.

Em tempo, acredito ter cumprido aquilo que me foi pedido com o presente texto: escrever, para a *Cadernos do NUPPOME*, a respeito do impacto da ditadura na Amazônia. Esse impacto reside em parte na importante memória que os amazônidas detêm sobre o regime e suas políticas no norte do país. Destrinchada, a memória da ditadura nos conduz às histórias da Transamazônica, do Programa Grande Carajás e do estabelecimento da economia pecuarista na Amazônia. No interior das políticas do regime, esse impacto da gestão militar na região pode ser complementado, por exemplo, com a maneira com que o governo Castelo Branco (1964-1967) fez da Amazônia uma solução interna à perda de apoio do empresariado nacional, mediante política que visava atrair o capital estrangeiro para o Brasil (SKIDMORE, 1988).

Na época, ao abrir as portas ao capital internacional, o primeiro governo da ditadura enxerga na Amazônia um verdadeiro paraíso fiscal para atrair a iniciativa privada

brasileira, fazendo expandir o capitalismo nacional com epicentro em São Paulo para as áreas a serem desbravadas na floresta. Em seu momento, o governo Costa e Silva (1967-1969) assiste ao protagonismo de um importante interlocutor do regime, o general Albuquerque Lima, árduo defensor dos objetivos de desenvolvimento e segurança, e que via nas regiões Nordeste e Amazônia locais prioritários para o regime inventariar tais políticas. Ainda que protagonista, Albuquerque perde a quebra de braço com outra importante figura daquele governo, dessa vez um civil, o ministro Delfim Neto, um dos responsáveis pelo famoso milagre econômico brasileiro.

Delfim via as regiões como modelos complementares à economia nacional, cuja base prioritária seria o sudeste. E Delfim parece ter provado suas intenções econômicas quando estoura o milagre brasileiro, já no governo Médici (1969-1974). Como dito, o terceiro governo da ditadura é responsável pela Transamazônica, o quarto, de Geisel, pelas marcas atreladas ao conflito pela terra na região. O quinto e o último, já em tom de despedida, assumiu as responsabilidades pelo Grande Carajás, projeto marcado pela extração desregulada do garimpo na região. Tomadas em seu conjunto, essas iniciativas governamentais também dão validade a ideia de se entender o regime na Amazônia como marcado por grandes projetos. Mais importante, uma vez articuladas, essas ações de governo permitem sobretudo percebermos a conformação de um verdadeiro impacto da ditadura na região.

Contudo, numa inversão que anteriormente indiquei abordar, talvez a principal de minhas contribuições nos estudos que reúno sobre a ditadura e sobre a Amazônia não resida exatamente no impacto da ditadura na região, mas no impacto da Amazônia na ditadura. O produto de minha tese e foco do livro aqui já indicado, foi pensar a envergadura que as políticas regionais tiveram na formação das artes de governo da ditadura. Ou seja, como a Amazônia passou a ser um lugar central para inventariar as políticas do regime e sua pretensão de legitimidade nacional. Esse talvez seja o principal impacto do regional nos estudos do período. Não a transformação da realidade amazônica somente, mas como a Amazônia contribuiu para a orientação do governo ditatorial, moldando suas políticas nacionais, seu planejamento e seus principais objetivos de governo, como, por exemplo, os objetivos manifestos e combinados de desenvolvimento e segurança nacional.

Para além do impacto da ditadura na região, faço a defesa do seu contrário, o impacto da Amazônia na ditadura, validando um esquema de interpretação do regime que deixa de lado a primazia dos grandes centros e de certa forma indo ao encontro daquilo que alardeava uma figura importante ao pensamento militar da época. Falo de Arhur César Ferreira Reis, governador do Amazonas indicado por Castelo Branco no momento do golpe. No furor da década de 1970, momento marcante das relações entre a Amazônia e o regime, diz o então historiador em título de sua obra célebre e não por isso imiscuída de críticas: os anos do regime são então um período de *Impacto Amazônico na Civilização Brasileira*.

REFERÊNCIAS

REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2012

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SOARES, Filipe Menezes. *Amazônia da ditadura: uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente*. Curitiba: Appris, 2021.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: El perro y la rana, 2007.

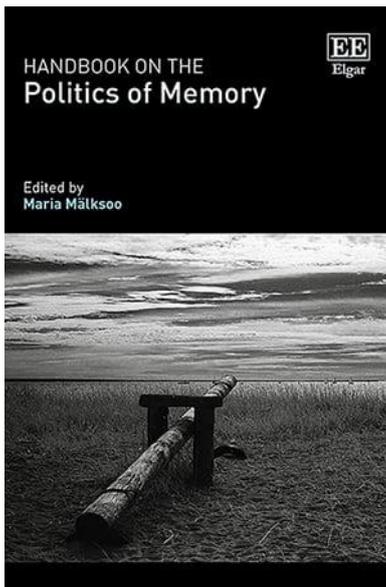
FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REIS, Arthur César Ferreira. *O impacto amazônico na civilização brasileira: a Transamazônica e o desafio dos trópicos*. Rio de Janeiro: Editora Paralelo, 1972.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

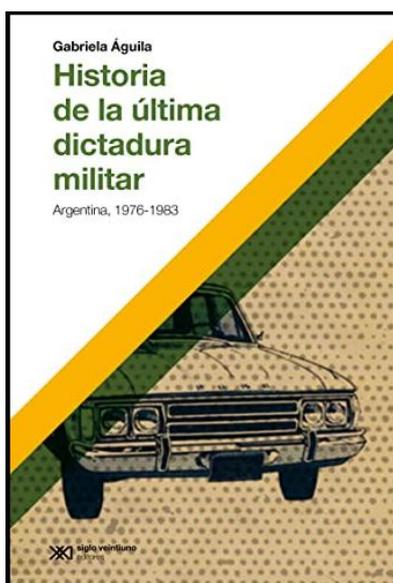


Handbook on the politics of memory

Maria Mälksoo (Org.)

Cheltenham: Edward Elgar, 2023.

Organizado por Maria Mälksoo, docente da Universidade de Copenhague, este manual reúne especialistas de diversos países que se dedicam aos estudos sobre políticas de memória. Os textos que compõem este manual abrangem a África, Ásia, Europa, América do Sul e os Estados Unidos, e discutem como a memória se tornou uma questão política na contemporaneidade e o impacto das políticas de memória em diferentes contextos.



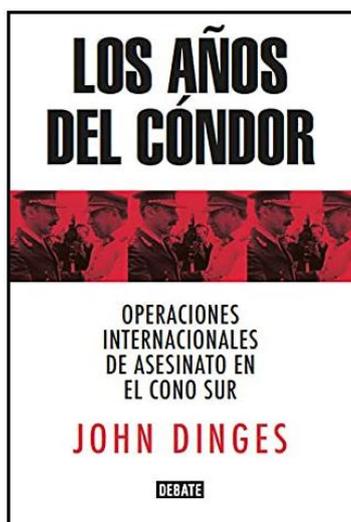
Historia de la última dictadura militar: Argentina, 1976-1983

Gabriela Águila

Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2023.

Por qual razão ocorreu um Golpe de Estado em 1976? O que caracterizou a ditadura argentina? Ela atingiu os objetivos que os golpistas tinham em mente ao tomar o poder? Numa conjuntura marcada pelos 40 anos do retorno à democracia no país, a autora, da Universidade Nacional de Rosário (UNR), responde estas e outras questões.

19

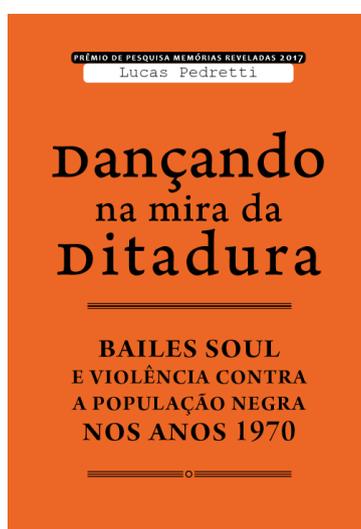


Los años del Cóndor

John Dinges

Madrid: Debate, 2021.

Escrito pelo jornalista John Dinges, uma das principais referências internacionais sobre a Operação Condor, o livro traça um panorama detalhado sobre a articulação internacional levado a cabo pelas ditaduras no Cone Sul para perseguir e eliminar seus opositores políticos.

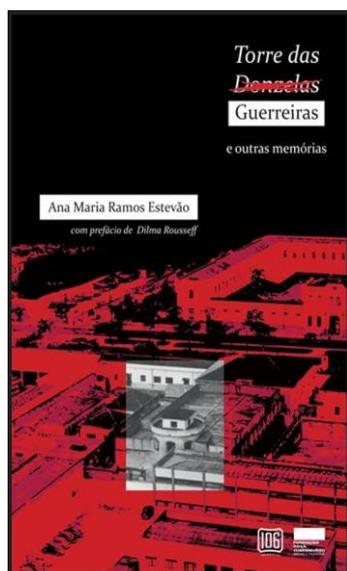


Dançando na mira da Ditadura

Lucas Pedretti

Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

Tese de doutorado do historiador Lucas Pedretti publicada sob o formato de livro pelo Arquivo Nacional e contemplada com o Prêmio Memórias Reveladas de 2017, a obra analisa a violência sofrida pela população negra durante a ditadura, tendo como foco a repressão destinada aos integrantes do movimento Soul music.



Torre das Guerreiras e outras memórias

Ana Maria Ramos Estevão

São Paulo: Editora 106, 2022.

Neste livro, com prefácio escrito pela ex-presidenta Dilma Rousseff, a autora, que foi presa política durante a ditadura, conta como foi sua experiência no antigo Presídio Tiradentes (em São Paulo), no local que seria conhecido como “Torre das Donzelas” e pelo qual passaram diversas opositoras do regime na década de 1970.

20



O atrito da memória

Miguel Cardina

Lisboa: Tinta da China, 2023.

Publicada pelo pesquisador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), a obra aborda a forma como a memória sobre as guerras coloniais e as colônias portuguesas na África é elaborada e discutida na atualidade. O pano de fundo da reflexão do autor é a proximidade dos 50 anos da Revolução dos Cravos.



Un lugar inacabado

Núria Ricart, Jordi Guixé e Fernando Hernández

Valência: PUV, 2023.

Contribuindo para a agenda de estudos sobre a memória do franquismo e os lugares de memória na Espanha, este livro reúne análises que discutem o modo como a memória pode ser preservada e o papel de espaços de memória, como a antiga prisão feminina de Barcelona.



Cabaré Eldorado: O alvo dos nazistas

Um documentário dirigido por Benjamin Cantu.

Alemanha, 2023.

O documentário aborda a relação entre o nazismo, os nazistas e as pessoas da comunidade LGBTQ+ na Alemanha dos anos 1920, evidenciando que a perseguição aos LGBTQs se intensificou conforme o partido se fortaleceu.

NÚCLEO MONITORA CNV

O Núcleo Monitora CNV é “[...] a principal iniciativa de Advocacy da área de Memória, Verdade e Justiça do Instituto Vladimir Herzog. Por sua missão e história institucional, o IVH atua no enfrentamento à violência de Estado, almejando a construção de uma cultura de paz que reconheça as graves violações de Direitos Humanos do passado e do presente e busque repará-las”. Criado em 2019, quando se completaram 5 anos da entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) brasileira, o núcleo tem buscado identificar quais recomendações do documento foram implementadas no país e tem compilado dados sobre o tema na tentativa de sensibilizar a sociedade civil e demandar o poder público.

Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/nucleo-monitora-cnv/>

22



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

JUSTIÇA CHILENA CONDENA SETE MILITARES PELO ASSASSINATO DE VICTOR JARA DURANTE A DITADURA

Em agosto de 2023, por unanimidade, integrantes do Supremo Tribunal chileno, a mais alta instância judicial do país, mantiveram as penas atribuídas a sete militares reformados, que recorriam da condenação pelo assassinato do cantor Victor Jara. Jara foi brutalmente assassinado em setembro de 1973, poucos dias após o Golpe de Estado que depôs o presidente socialista Salvador Allende. À época, Jara era um dos mais populares cantores chilenos e latinoamericanos. Suas músicas seguem fazendo parte da música popular da região até os dias atuais. Antes de ser detido para cumprir sua pena, um dos condenados cometeu suicídio.

23



Fonte: Em Santiago, manifestante segura uma bandeira com a imagem de Victor Jara.

Fotografia de Martin Bernetti/AFP.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

APOIO



10 ANOS
2011-2021



LABORATÓRIO DE
HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA



uff
Universidade
Federal
Fluminense